

Ata da Trigesima Sexta Assembléia do CONANDA, realizada no dia seis de agosto de 1996.

---

Às nove horas e quinze minutos, do dia seis de agosto de mil novecentos e noventa e seis, na sala 310 do edifício sede do Ministério da Justiça iniciou-se a Trigesima Sexta Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA. Presentes os conselheiros Raymundo Mesquita, Vice-Presidente (CNBB); Elizeu Calsing (MPO); Célia Silvany (SBP); Francisca Silva (MNDH); Paulo Quermes (MEB); José Donisete Pinheiro (Fé e Alegria); Maria Eneide Teixeira (MNMMR); Ana Ruth Góes (ANAPAC); Clodoveo Piazza (INDICA); Charles Pranke (AMENCAR); João Helder (Visão Mundial); os conselheiros suplentes Rosber Almeida (Fundo Cristão); Valdete Martins (CFESS); Eliana Athayde (ANCED); Lizair Guarino (FNSP); José Carlos Fed. Espírita) e os representantes do MJ, Nelson de Moraes; do MS, Lucimar Cannon, do MRE, Ana Maria Bierrenbach; do MPAS Aldair Brasil, do MTb, Paula Horta Barbosa e do MEC, Anna Maria Lamberti. Ausência justificada dos Conselheiros Flávio Arns (FENAPAE'S) e Ana Lúcia Valente (MF); e ausências não justificadas da Casa Civil e do MINC. Abrindo os trabalhos o Vice-Presidente cumprimentou os presentes e submeteu à plenária tendo sido aprovada a seguinte pauta: Abertura dos trabalhos; Leitura, discussão e aprovação da Ata da 35ª Assembléia; Apresentação dos resultados dos Grupos de Trabalho e Comissões Temáticas; Apresentação do relatório final da Assembléia Ampliada sobre Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; avaliação e encaminhamentos; Apresentação e discussão da programação da Assembléia Ampliada sobre o Ato Infracional; Apresentação e discussão do evento do CONANDA/COMUNIDADE SOLIDÁRIA/PACTO PELA INFÂNCIA; Requerimento do CMDCA de Americana - Drª Lucimar Cannon, Outros assuntos: Indicação do representante do CONANDA à Secretaria Executiva do Pacto; Campanha publicitária - Semana da Criança; Informes sobre articulação com a Fundação Banco do Brasil; Informe sobre a reunião do Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil; Pleito da Prefeitura de Entre-Ijuís/RS. A Ata da 35ª Assembléia foi aprovada com a seguinte correção: no posicionamento do CONANDA, em relação à decisão do STF, onde se lê...pela prática de estupro contra uma menor, leia-se contra uma adolescente. A seguir, passou-se à apresentação dos resultados dos Grupos de Trabalho, o grupo sobre o Trabalho Infantil informou que está selecionando material para melhor compreensão do tema; que está buscando maior articulação com a OIT e maior integração com o Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e sobre a mobilização de uma comissão de Blumenau/SC pela regulamentação do artigo 68 do ECA, o grupo discutirá com ela a elaboração de um ante-projeto. O Vice-Presidente declarou que em maio deste ano, foi constituída uma comissão integrada pelo Dr. Oris de Oliveira, Dr. Wanderlino Nogueira Neto e o professor Antonio Carlos Gomes da Costa para elaborar uma proposta sobre o trabalho educativo. O representante do Ministério

da Justiça, Nelson de Moraes informou que a solicitação feita pelo CONANDA ao Ministro da Justiça, após a Assembléia Ampliada sobre Trabalho Infantil, está em andamento. O Grupo de Trabalho sobre Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes apresentou o relatório final da Assembléia Ampliada, sobre o tema, aprovado pelos presentes. A conselheira Lucimar Cannon se dispôs a editar o relatório e sugeriu a publicação do mesmo, o que foi aprovado por unanimidade. A representante do MPAS, Aldair Brasil ressaltou o destaque dado à família no relatório e sugeriu uma recomendação aos Ministros para que dêem atenção aos programas de atendimento à família e, ainda, que o CONANDA programasse para 1997, uma Assembléia sobre Família. Às 10:40 horas a plenária recebeu a visita da Secretária Executiva do UNICEF, Sr<sup>a</sup> Carol Bellamy, acompanhada pelo Secretário Executivo do Ministério da Justiça, Milton Seligman e pelo representante do UNICEF no Brasil, Agop Kayayan. Os visitantes foram saudados pelo Vice-Presidente, que destacou os eixos temáticos do CONANDA, para 1996 e, a seguir a palavra foi dada a Sr<sup>a</sup> Carol Bellamy que declarou que, mais importante do que sua presença é a participação do escritório do UNICEF e a parceria entre o Governo, UNICEF e Sociedade Civil, que no Brasil é bem sucedida. Terminou agradecendo as palavras gentis do Vice-Presidente. Retomando os trabalhos, foi apresentada a proposta de programação para a Assembléia Ampliada sobre o Ato Infracional e as Medidas Sócio-Educativas, que será realizada nos próximos dias dois e três de setembro, tendo sido destacados os objetivos da citada Assembléia. Os conselheiros José Donisete e Charles Franke questionaram o pouco tempo previsto para as exposições seguidas de debates. Mas, os integrantes do grupo responsável pela preparação da Assembléia, conselheiros Piazza, Eliana Athayde e Francisca Silva informaram que, o que se quer não é uma apresentação teórica, mas uma provocação aos participantes. A proposta foi aprovada pela plenária. A seguir, os integrantes da Comissão de Finanças informaram que estão elaborando uma proposta para o Fundo a ser apresentada na próxima plenária ordinária e que farão entendimentos com a Receita Federal para esclarecer dúvidas sobre a legislação vigente. Os membros da Comissão Temática de Articulação apresentaram à plenária os seguintes encaminhamentos: fortalecer a rede integrada CONANDA/Conselhos Estaduais; enviar aos Conselhos Estaduais um questionário solicitando informações sobre a relação destes com os Conselhos Municipais; sobre os Planos de Ação dos Conselhos; sobre os encaminhamentos após o II Encontro do CONANDA/Conselhos Estaduais e sobre o mapeamento da Violência e do Trabalho Infantil. E ainda, que os resultados das Assembléias Ampliadas sejam trabalhados como subsídios para o III Encontro de Articulação do CONANDA com os Conselhos Estaduais, que seja assegurado um momento para informes e mais espaço para a manifestação e integração entre os Conselhos Estaduais. O conselheiro João Helder propôs que os Conselhos das capitais sejam convidados e que se defina uma metodologia para realizar o mapeamento acima referido, o que foi aprovado. A seguir, a conselheira Lucimar Cannon apresentou resposta ao requerimento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Americana/SP que solicitou o pronunciamento do CONANDA, em relação a Portaria do MS n° 45, de 06/03/96, que na avaliação deste Conselho contraria a Resolução n° 41 de 13/10/95 do CONANDA. Sobre o evento, Semana da Criança informou o

Vice-Presidente que estão sendo feitas as articulações políticas para garantir a realização do mesmo e, que se deve primeiro garantir o financiamento, para a seguir se definir o conteúdo e pauta. Foi proposto a participação de crianças e também, de adolescentes promotores de saúde no evento e ainda, a divulgação de experiências bem sucedidas com crianças e adolescentes. A Secretaria Executiva solicitou à plenária a indicação de representantes do CONANDA à Executiva do Pacto pela Infância e ficou decidido que a indicação será feita pelas Comissões Temáticas. Sobre a articulação com a Fundação Banco do Brasil, a plenária foi informada que se discutiu uma proposta de parceria, que não será possível no exercício de 96, mas há possibilidades para 1997. Há interesse desta Fundação na produção de documentos, cartilhas elaborados pelo CONANDA. A seguir, o Vice-Presidente comunicou que participou da abertura da reunião do Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e passou a palavra a conselheira Valdete Martins, representante do CONANDA neste Fórum, que fez o seguinte relato: foram apresentadas experiências bem sucedidas de erradicação do Trabalho Infantil e também programas e pesquisas. Na próxima reunião o CONANDA deve apresentar propostas.

relatório desta reunião foi entregue à Secretaria Executiva. Em relação a solicitação da Secretaria de Saúde do MS, de incluir na pauta do CONANDA o tema da violência doméstica foi deliberado que a conselheira Célia Silvano elaboraria a resposta. O pleito da Câmara Municipal de Vereadores de Entre-Ijuís/RS, de rebaixar de 21 para 18 anos a maioria, foi considerado um tema do Ministério da Justiça e proposto à devolução do documento ao DCA. O Projeto de Lei do deputado Cafu/DF foi considerado já contemplado pela proposta de Parâmetros Curriculares Nacionais do MEC que institui nos temas transversais "Orientação Sexual" e destina-se inicialmente da 1ª a 4ª série e deverá ser avaliada e aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, ainda este ano. Os Parâmetros da 5ª a 8ª série estão em fase de elaboração e também contemplarão este tema. O Vice-Presidente propôs que a representante do MEC, Anna Maria Lamberti apresentasse ao CONANDA, numa próxima oportunidade, a proposta deste Ministério. O convite ao CONANDA para a 10ª Conferência Nacional de Saúde foi lido e a conselheira Lucimar Cannon argumentou que se trata de um importante acontecimento político. A conselheira Célia Silvano foi designada para representar o CONANDA nesta conferência. Outros assuntos: o relatório do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Pará, sobre o massacre de Carajás, será examinado pela Comissão de Articulação que definirá os encaminhamentos; o conselheiro José Donisete solicitou aos conselheiros que divulgassem junto aos Conselhos, em seus respectivos Estados, que se pode ter acesso pela parabólica, ao Programa de Capacitação de Conselheiros, via Embratel. O Secretário Executivo do Ministério da Justiça, Milton Seligman presente à Assembléia fez as seguintes considerações: a meta de curto prazo, Apoiar o CONANDA, proposta no PNDH, não é mais vontade política, pois Governo e Sociedade estão juntos nesta parceria; temos interesse em criar uma rede de comunicação e aguardamos uma proposta deste colegiado e ainda, oferecemos 01 página na INTERNET para o CONANDA. Sobre o orçamento do CONANDA afirmou: temos que trabalhar juntos para obter recursos da sociedade, temos mecanismos legais e se não trabalharmos não vamos ter recursos. O conselheiro Donisete fez as seguintes

observações: é preciso melhorar a legislação e o Sr. Ministro precisa assumir esta bandeira; precisamos profissionalizar um corpo técnico para fazer market e relações públicas e ainda, foi muito importante este chamamento para trabalharmos juntos. Na próxima assembléia apresentaremos uma proposta. Finalizando o Secretário Executivo ressaltou que o colegiado deve buscar consenso sobre o caminho a percorrer e afirmou: estou estimulando que o Fundo passe a fazer parte da agenda do CONANDA. O conselheiro Piazza lembrou que o Fundo também precisa receber recursos do Tesouro, pois a arrecadação via incentivos fiscais, doações pelos cálculos feitos, não serão suficientes para atender às necessidades reais. Além disso, os gastos relativos às políticas de atendimento ao adolescente a quem se atribue ato infracional, como ação do governo, não pode depender de fontes eventuais de receita, mas de fonte fiscal regular, que deve ser paga pelo Tesouro. O MJ precisa criar rubricas orçamentárias e prever valores compatíveis com as necessidades. Considerando os Planos Estaduais para 1996, a previsão para 1997 deve ser de R\$185.000.000,00. O CONANDA ao apresentar sua proposta de operacionalização do PNDH, propôs para 97 R\$125.000.000,00, para o custeio de ações mínimas de proteção de direitos conforme o ECA. O Dr. Seligman se comprometeu a lutar para que este valor fosse assegurado no orçamento do MJ para 1997. A conselheira Valdete Martins informou ao Dr. Milton Seligman que a última plenária deliberou que um representante do CONANDA deveria participar da Conferência de Estocolmo. Respondendo o Secretário Executivo disse que o Governo Federal havia decidido participar com um representante do MJ, um do MRE e dois representantes do Parlamento. Mas se comprometeu a solicitar pessoalmente, ao Governo da Suécia um convite para o CONANDA, desde que as despesas fossem custeadas pela Sociedade Civil. Encerrada a participação do Secretário Executivo foi discutida e aprovada a elaboração de uma carta ao Ministro da Justiça, manifestando o descontentamento do CONANDA, por não ter sido assegurada a sua participação na citada Conferência. O texto da carta foi elaborado, lido e aprovado por todos os presentes. Nada mais havendo para tratar a reunião foi encerrada.



Isa Maria de Oliveira  
Secretária Executiva



Raymundo Rabelo de Mesquita  
Vice-Presidente